



# ANAIIS DA ASSEMBLEIA

Nº 188

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**  
1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**  
2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**  
1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**  
2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**  
3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**  
4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**  
5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Durval Amaral
Líder da Oposição .....	Waldyr Pugliesi
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Sérgio Spada
PMDB .....	Nereu Moura
PPB .....	Tony Garcia
PT .....	Hermes Fonseca
PDT .....	Luiz Carlos Zuk
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Pastor Edson Praczyk
PPS .....	Cezar Silvestri

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 051ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e José Maria Ferreira.

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 4199**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 492/2001, item 11, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 4200**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada do item 11 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 492/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 4201**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 492/2001, item 11 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

**REQUERIMENTO Nº 4198**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui incentivos sociais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo, no município de Cascavel, com objetivo de fomentar este esporte no Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga título de Cidadão Benemérito do Paraná ao professor Wilson de Matos Silva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar o Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CFE E CAIC.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi e da senhora deputada Luciana Rafagnin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,  
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 004/2000**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 004/2000, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense, através da distribuição subsidiada de sementes selecionadas de milho e sementes de culturas de inverno”.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI  
LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Irineu Colombo, José Maria Ferreira e Luiz Carlos Zuk.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina a padronização da oferta de merenda escolar no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar pessoas idosas do pagamento de taxas para a confecção da segunda via de documentos roubados ou furtados e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa Estadual de Arrendamento Comunitário de Propriedades Rurais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2001, que assegura à viúva do ex-governador do Estado do Paraná, o direito a continuar percebendo, no mesmo valor e a título de pensão mensal, o benefício de que cuida o artigo 85, parágrafo 5º, da Carta Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada.

Emenda de Plenário de nº 02, de autoria dos senhores deputados Duílio Genari, Nelson Tureck, Algaci Tulio, Elio Rusch e demais deputados; ambas nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 478/2001**

A presente emenda visa acrescentar ao Projeto de Lei nº 478/2001, o artigo 2º, conforme redação a seguir, renumerando o artigo 2º - da redação original - como artigo 3º:

“Art. 2º - Os servidores públicos aposentados, quando nomeados para ocupar cargos efetivos, terão suas aposentadorias canceladas a pedido, facultando-se a contagem no novo cargo, do tempo de serviço anteriormente computado, respeitadas as condições previstas no artigo 35, parágrafo 1º, inciso III da Constituição do Estado e legislação pertinente”.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia e Geraldo Cartário.

# JUSTIFICATIVA:

A presente emenda propõe que os funcionários públicos aposentados quando nomeados para ocupar cargos efetivos, possam ter suas aposentadorias canceladas a pedido, facultando-se a contagem no mesmo cargo, do tempo de serviço anteriormente computado, respeitadas as condições previstas no inciso III, parágrafo 1º do artigo 35 da Constituição Estadual e legislação pertinente.

## EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Art. 1º - ...

Parágrafo Único - O benefício de que trata o *caput* deste artigo, será estendido às viúvas dos ex-deputados estaduais.

Sala das Sessões, em 05.12.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI, NELSON TURECK, ALGACI TULIO, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, RICARDO CHAB, JOSÉ MARIA FERREIRA, CAÍTO QUINTANA, CEZAR SILVESTRI, MOYSÉS LEÔNIDAS, TIAGO AMORIM NOVAES, SERAFINA CARRILHO, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, WALDYR PUGLIESI, ANTONIO CARLOS BELINATI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, GERALDO CARTÁRIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, CESAR SELEME, HERMES FONSECA, CHICO NOROESTE, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO ANIBELLI, MILTINHO PUPIO, RENATO GAÚCHO, PASTOR EDSON PRACZYK e 01 ilegível.

O projeto retorna à CCJ.

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que denomina de professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria de Educação de Palmas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CECE. EMENDA DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2000, de 19/06/2000)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 201/2000

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo denominar de Professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação de Palmas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada junto à

Secretaria de Estado da Educação, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 201/2000

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, denomina de Professora Lourdes Stefanello Lago o imóvel que abriga a Secretaria de Educação de Palmas.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, onde recebeu emenda.

A Secretaria de Estado da Educação informou através do Of. nº 2056 GS/SEED que não se opõe ao projeto.

A justificativa apresentada demonstra o fecundo trabalho que a professora Lourdes Stefanello Lago desenvolveu na área de educação, sendo merecida a homenagem.

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 201/2000

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, denomina de "Professora Lourdes Stefanello Lago", o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação de Palmas.

Cabe salientar que a técnica legislativa da súmula confunde a idéia central do projeto de lei, haja vista que o próprio que se procura denominar é estadual e não municipal. Com a leitura do teor do artigo 1º se observa que o prédio é estadual e abriga a Secretaria Municipal.

Indiscutível o mérito do projeto de lei. A leitura da justificativa da matéria demonstra a importância da homenagem.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 201/2000, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 19.11.20001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 201/2000

P A R E C E R :

A súmula do Projeto de Lei nº 201/2000 passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

“Denomina “Professora Lourdes Stefanello Lago” próprio público estadual situado no município de Palmas.

Sala das Comissões, em 19.11.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece padrões de qualidade de ar e padrões de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas passíveis de monitoramento e controle, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 444/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 444/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, estabelece padrões de qualidade do ar e padrões para emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas passíveis de monitoramento e controle, no Estado do Paraná.

O artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe ser competência concorrente entre União e Estado a “proteção do meio ambiente e controle da poluição”, tornando possível a apresentação da matéria em análise.

A legislação federal, através da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O sistema de proteção do Meio Ambiente, no Paraná, foi instituído pela Lei 7.109, de 17 de janeiro de 1979. O crescimento dos centros industriais desde então exige uma posição fiscalizadora do poder público para manter o equilíbrio do meio ambiente.

Aprovada esta proposta legislativa, esta será a primeira lei destinada a regular a qualidade do ar no Brasil. Atualmente existem resoluções frágeis que não atingem o objetivo de preservar o meio ambiente e não fixam parâmetros para o controle de emissão de poluentes no ar.

Isto posto, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 444/2001.

Sala das Comissões, em 27/11/2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 444/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo estabelecer padrões de qualidade do ar e padrões de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas passíveis de monitoramento e controle, no Estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente entende ser da maior importância o presente plano de lei que visa melhorar a qualidade do ar no Estado do Paraná, padronizando a emissão de poluentes atmosféricos.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 444/2001, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
ADEMIR BIER - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que dispõe sobre as formas de afixação de preços em produtos e serviços para conhecimento pelo consumidor. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. E C.D.C. **Emenda da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 138/2001, de 01/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 492/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 492/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, dispõe sobre formas de afixação de preços em produtos e serviços para conhecimento pelo consumidor.

A competência do Estado para legislar sobre o tema é concorrente com a União. As normas gerais estão contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

A Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, também regula a matéria no que se refere à prevenção e à repressão às infrações contra a ordem econômica.

Sob o aspecto da técnica legislativa, apresentamos emenda corrigindo a redação do artigo 6º do projeto de lei em questão.

A emenda visa corrigir a técnica legislativa, em razão da edição da Lei Complementar Federal nº 95/98, regulamentando o artigo 59 da Constituição Federal, cujos artigos 8º e 9º transcrevemos:

“Art. 8º - A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.

Art. 9º - Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas."

No âmbito de atuação desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do projeto de Lei nº 492/2001, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 492/2001

O artigo 6º do Projeto de Lei nº 492/2001, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

"Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, em 27.11.2001

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 492/2001

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, visa dispor sobre as formas de afixação de preços em produtos e serviços para conhecimentos pelo consumidor.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 492/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, visa dispor sobre as formas de afixação de preços em produtos e serviços para conhecimento pelo consumidor.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 492/2001.

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J. Emenda da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 159/2001, de 29/10/2001).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 559/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro no Município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Tony Garcia - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 559/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Vossa Excelência já passou para o item 12 e já foi retirado o 11.

Eu gostaria de pedir o seguinte: onde está o relatório da CPI dos Supermercados? Precisamos discutir esse relatório - aprovar, não aprovar ou reprovar. Quanto foi

gasto, nesta Comissão dos Supermercados? Quantas viagens? Precisamos discutir, presidente.

Eu já fiz essa solicitação e gostaria que Vossa Excelência determinasse à Mesa, para que trouxesse ao conhecimento do Plenário, o resultado do relatório da Comissão que investigou os supermercados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está na Comissão de Constituição e Justiça e vou solicitar à Comissão, para que possa prestar as informações.

**O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, estou acompanhando atentamente alguns projetos que passam pela Casa. Há projetos que são autorizatórios, e de repente, um relator da CCJ diz que o projeto é inconstitucional, porque ele é autorizatório e vai mexer na estrutura do Estado.

Esse projeto não é autorizatório mas também é inconstitucional, porque atinge, fere o Código de Defesa do Consumidor, artigo 52.

Não somos nós que vamos legislar em cima disso. A CCJ deveria tomar mais cuidado - dois pesos e duas medidas.

Obrigado.

**O SR. LUIZ ALBORGHETTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Queria dizer a V. Exa. que parabeno a atitude do ilustre deputado, porque esse projeto é imoral. A minha mulher não pode chegar em um supermercado e comprar uma lata de sardinha, pegar uma máquina e: O que está escrito nesse trezozinho, aqui? Todas as mulheres que fazem supermercado - eu gosto também de fazer supermercado, vou comprar pacote de arroz, com um monte de traços. Eu quero ver o preço! Isso aqui é uma vergonha! Não pode! Tem que ser bem analisado. O trabalhador vai ao supermercado e quer ver o preço: são dez, vinte, cem reais? Passo na máquina, no código de barras e não sei que número aparece lá. Então, não!

Por favor, dez, vinte ou cem Sessões - temos que reavaliar e concordo com o deputado Ricardo Chab: a Comissão de Constituição e Justiça tem que reavaliar esse projeto, porque fere o consumidor do Estado do Paraná.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

No mesmo caminho, são alguns projetos que chegam no "apagar das luzes" e que motivam, nesta Casa, situações como essa. Acho que de repente o deputado Ricardo Maia pode estar com a melhor das intenções em fazer uma lei, antes de ser trazida para o Plenário deveria ter sido consultado o Procon, o órgão de Defesa do Consumidor, para saber até onde tem fundamentos. Por

exemplo, aqui fala em pagar multa, mas que valor tem essa multa?

Eu sei, por exemplo, que em outros Estados fizeram projetos semelhantes a esses, aprovados pelas Assembléias mas que os governadores vetaram, depois veio para as Assembléias, e os deputados derrubaram o veto por quê? Porque havia um lobby forte dos supermercadistas.

Então, senhor presidente, esta Casa está aqui para defender o consumidor, não para defender aquele que vende a mercadoria, pode até se defender desde que a intenção seja na verdade para melhorar a visibilidade para o consumidor que vai ao supermercado em busca do produto.

Eu denunciei esses dias que em determinados supermercados há uma cesta de produto de oferta, vamos supor aqui, numa cesta vende sabonetes, está lá em Real, em oferta custa, cada unidade 2 Reais, no entanto quando chega no caixa vai pelo código de barra e lá o valor é outro é 3 Reais, mas o cliente pensa que está pagando 2 e está pagando 3. Então nessa questão de supermercados, esta Casa tem um precedente da CPI que não terminou até hoje; um quer aprovar o relatório, outro não quer aprovar o relatório, e a Casa fica nesta expectativa, e de repente, num apagar de luzes tem um projeto que pode ter a melhor das intenções, mas não está sendo discutido com profundidade, e é por esta razão que eu tive esta preocupação de colocar um requerimento na Mesa pedindo a retirada por 10 Sessões, para que no ano que vem, com muita tranquilidade, com muita discussão, ouvindo todas as partes, quem sabe possamos fazer uma boa lei em defesa do consumidor.

**O SR. RICARDO MAIA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, senhores deputados.

O que ocorre hoje, aqui está tendo um entendimento ao contrário do que é o projeto de lei, com todo respeito aos deputados.

Primeiramente, hoje os supermercados do Estado do Paraná, bem como a toda Federação, estão amparados numa lei federal que dá o direito ao supermercado a ter o seu produto com o código de barras.

O que ocorre com o nosso projeto de lei?

Primeiro, teve até companheiros nossos, deputados, dizendo que não teriam mais preços os produtos, não procede com o projeto.

O nosso projeto quer regulamentar em termos do Estado do Paraná, a etiqueta de forma clara perante o consumidor, não inferior a 5 cm por 2,5 cm.

Hoje, a maioria dos supermercados, a etiqueta tem mais ou menos 1,5 cm ou 2 cm por 1 cm mais ou menos, então vocês vejam não inferior a 5 cm por 2,5 cm.

Um outro parágrafo: Desde que haja informação de forma clara e legível no que diz respeito ao preço, nome, descrição do produto, peso, quantidade, o referido código, aí vai indo, 5 cm por 2,5 cm, nunca inferior.



Um outro item importante, senhores deputados, 5 cm por 2,5 cm; poderíamos aí com uma Emenda talvez 7 cm, 8 cm e tal.

Uma outra coisa: ter a leitura ótica, obrigatória leitura ótica para consulta eletrônica do preço pelo consumidor. Isto aqui diz respeito às grandes redes de supermercados de 1000 metros quadrados acima.

O que ocorre hoje?

Hoje não há uma legislação específica em termos do Estado do Paraná, se analisarem bem esse projeto de lei, e nunca ele vem no final porque ele já está aqui, faz tempo, nós o assinamos no final de setembro, começo de outubro, só que tivemos, deputado Algaci Tulio, reuniões diversas com o Ministério Público, com a Promotoria de Defesa do Consumidor, reuniões com o Procon da minha cidade de Maringá, teve reunião aqui em Curitiba.

Hoje, há uma reclamação grande do consumidor perante o supermercado.

Esse projeto de lei não está a serviço de donos de supermercado; eles estão em serviço, sim, de regulamentar a fixação de preços ao consumidor, no Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Senhor deputado quando está em votação o projeto, não pode ser encaminhado.

**O SR. RICARDO MAIA**

Mais foi usado, senhor presidente por dois deputados, e eles mencionaram o meu nome.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)**

Visto que fui mencionado, acho que por todos os oradores, senhor presidente, o que vou colocar aqui é sério. Acabei de ter uma informação - que eu não sei se é verdade - que o advogado que nos acompanhou e que trabalhou na Comissão, na CPI do Supermercado, é o advogado da Associação dos Supermercados.

Se for assim, se isso pode proceder, senhor presidente, e a semana que vem vou levantar se é verdade, se isso for verdade, é a maior esculhambação que uma CPI pode ter em termos de Paraná, talvez de Brasil.

Éramos assessorados por um advogado, eu e meu companheiros, relator deputado Traiano, deputado Cezar Silvestri, deputado Luiz Carlos Martins e inclusive o deputado Ricardo Maia, que fazia parte dessa CPI. Nós não conseguimos terminar essa CPI, senhor presidente!

Se isso for verdade, para podermos fechar a CPI do Supermercado, e podermos honrar o nome da Assembleia Legislativa, é necessário, senhor presidente, que V. Exa., junto com a Mesa Executiva e esse Plenário cheguem a uma conclusão, de que a CPI do Supermercado tem que ter um prazo para terminar, principalmente se o advogado

nosso passou a vestir a camisa da Associação dos Supermercados!

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Qual é o nome do advogado ilustre deputado?

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Pego ao ilustre deputado Zuk e à Presidência, de, como a informação me foi dada via telefone agora, não quero aqui levantar o seu nome, se é verdade ou não. Mas, na segunda-feira, estarei realmente dizendo. Se isso for verdade, gostaria que a Presidência desta Casa, abrisse um espaço para podermos terminar esta CPI, porque V. Exa. sabe que eu tentei de todas as formas terminá-la e não consegui, inclusive porque foram envolvidas todas como uma só. Nessa altura nós precisamos desse prazo para terminarmos a CPI.

Não ouvimos a CPI do Grupo Sonae, senhor presidente. Os dois supermercados nunca se propuseram a vir na Assembleia.

No entanto, senhor presidente, vi esses supermercados, tão logo terminou a CPI, festejando aqui num restaurante perto da Assembleia. Eu vi! Com os meus olhos, nem me cumprimentaram.

V. Exa. sabe, que quando o Grupo Sonae tomou conhecimento de que V. Exa. estava em Portugal, V. Exa. como presidente deste Poder, V. Exa. recebeu diversos apelos e convites para visitar o Grupo Sonae, em Portugal, para almoçar e jantar, coisa parecida. V. Exa. nem sequer o telefone atendeu. Sou testemunha disso.

Por isso, o que nós precisamos, senhor presidente, até para moralizar, que permitisse que a CPI do Supermercado terminasse e, inclusive, que esse projeto do deputado Ricardo Maia, nosso companheiro, que não temos absolutamente nada contra a pessoa dele, mas somos contra a forma de se beneficiar um grupo de supermercados. Até prova em contrário, está sendo beneficiado este grupo de supermercados, (não estou dizendo aqui que esteja sendo beneficiado), senhor presidente, além da nossa CPI terminar, nós precisamos ver o trabalho da CPI que vai iniciar que é de defesa do consumidor, do produtor, da rede de alimentos, que é presidida pelo Pessuti e relatada pelo Cezar Silvestri, e enquanto esta Casa não termine, que não seja votado o projeto do nosso companheiro e amigo deputado Ricardo Maia.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu, como presidente desta Casa, recebo essa denúncia. É preciso que seja oficializada. temos que verificar e tomarmos as medidas legais e na realidade, quando estávamos nas férias de julho, junto com V. Exa. na sua terra natal e na terra natal de meus avós, recebemos diversos telefonemas e não quisemos nem atender porque não tínhamos interesse em conversar



com o Grupo Sonae ou qualquer outro grupo naquele momento.

A Assembléia, com certeza, tomará as providências necessárias com a denúncia feita por V. Exa. em relação à CPI passada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Na euforia, eu não tenho nada contra o meu amigo Ricardo Maia, mas o projeto eu não concordo. É um direito que tenho de não concordar, mas nem por isso eu deixo de respeitar o deputado Ricardo Maia, só acho que o projeto tem que passar pela Comissão de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A democracia é isso mesmo...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

É. A democracia é, mas eu não citei o nome dele aqui, e tenho o profundo respeito por ele e uma profunda amizade.

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel situado em Cambé, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 175/2001, de 26/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 635/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel situado em Cambé, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Registro a presença do prefeito de Itambé.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Também registro a presença do prefeito de Astorga.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ficam registradas as presenças dos senhores prefeitos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4198, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 10, para logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011, 028, 567, 571 e 602/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 092, 444, 559 e 635/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 381, 520, 525, 547, 550 e 573/2001.

Levanta-se a Sessão.